

# Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.466.169 - RS  
(2019/0068568-5)**

**RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**EMBARGANTE : LECIR LUTZ DECKMANN**  
**EMBARGANTE : LECI MARIA PEREIRA**  
**EMBARGANTE : LEIA TERESINHA DE FARIAS PETRY**  
**EMBARGANTE : LEONICE MARIA FALLER BACK**  
**EMBARGANTE : LISETE FERREIRA DOS SANTOS**  
**EMBARGANTE : LIA GUIOMAR DE SOUZA BORONDI**  
**EMBARGANTE : LIANE ROSALI SCHVENGBER**  
**EMBARGANTE : LINEU SILVA HARDESSEM**  
**EMBARGANTE : LINO ANTONIO HORN**  
**EMBARGANTE : LEOPOLDO ELLWANGER SOBRINHO**  
**ADVOGADOS : JOSÉ VECCHIO FILHO - RS031437**  
**CARLOS FRANKLIN PAIXÃO ARAÚJO E OUTRO(S) - RS003328**  
**JOSÉ RICARDO SUPERTI BRASIL - RS042404**  
**GLAUCO DANIEL RIBAS SANTOS - RS078244**  
**ROGER AMORIM BARUFI - RS089616**  
**NATÁLIA SILVEIRA MODEL - RS102928**  
**EMBARGADO : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PROCURADORE : EUZÉBIO FERNANDO RUSCHEL E OUTRO(S) - RS026556**  
**S**  
**HOMERO SO JOBIM NETO - RS029098**  
**CRISTIANO XAVIER BAYNE - RS046302**  
**ANA CLARA BERWANGER BITTENCOURT - RS049418**

## EMENTA

**PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3 DO STJ. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. CARÁTER INFRINGENTE. IMPOSSIBILIDADE. REJEIÇÃO DOS EMBARGOS.**

1. O acórdão embargado se manifestou de forma clara e fundamentada no sentido de que, se a decisão exequenda determinou a aplicação do precedente do STJ, basta aplicá-lo, conforme a interpretação dada pelo próprio STJ (o cálculo do imposto de renda incidente sobre as verbas recebidas acumuladamente na hipótese deve observar as tabelas e alíquotas vigentes à época em que deveriam ter sido pagos, seguindo a sistemática do regime de competência - REsp nº 1.118.429/SP, representativo da controvérsia na forma do art. 543-C do CPC), cuja alteração ofende a coisa julgada, e que tal reconhecimento não demanda reexame de prova. O julgado consignou expressamente a impossibilidade de aplicação retroativa do art. 12-A, da Lei nº 7.713/1988, com redação dada pela Lei nº 12.350/2010, tendo em vista que o contribuinte recebeu a verba acumuladamente antes do advento da MP nº 497/2010, convertida na Lei nº 12.350/2010, que incluiu o art. 12-A na Lei nº 7.713/88, de modo que, nos termos do art. 105 do CTN, a legislação

# *Superior Tribunal de Justiça*

tributária se aplica aos fatos geradores futuros e pendentes, não se aplicando, portanto, a fatos geradores pretéritos, salvo nas hipóteses do art. 106 do CTN, o que não é o caso dos autos.

2. Não há que se falar, portanto, em negativa de prestação jurisdicional, visto que tal somente se configura quando, na apreciação de recurso, o órgão julgador insiste em omitir pronunciamento sobre questão que deveria ser decidida, e não foi. É cediço que a motivação contrária ao interesse da parte não se traduz em maltrato ao artigo 1.022 do CPC/2015.

3. Os embargos de declaração constituem instrumento processual com o escopo de eliminar do julgamento obscuridade, contradição ou omissão sobre tema cujo pronunciamento se impunha pelo acórdão ou, ainda, de corrigir evidente erro material, servindo, dessa forma, como instrumento de aperfeiçoamento do julgado. Não havendo omissão, obscuridade ou contradição, impõe-se a sua rejeição.

4. Embargos de declaração rejeitados.

## **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento:

"A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)."

A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Francisco Falcão, Herman Benjamin e Og Fernandes votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

**MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
Relator